

O ano de 1517 não é, apenas, o ano em que foram afixadas as noventa e cinco teses nas portas da igreja do castelo de Wittenberg, mas também o ano em que o seu autor assinou pela primeira vez como Martin Eleutherius, *Livre*, em grego, simplificado, depois, para Martin Luther, nome com o qual o iniciador da Reforma passou para a história.



Lutero, profeta da Bíblia e da consciência

Martin Luder – era esse o sobrenome de família – nasceu no dia 10 de novembro de 1483, em Eisleben, na Turíngia, primogênito do pequeno empresário agrícola e da mineração Hans e de Margarethe Lindemann, filha de um expoente da burguesia.

Como a prática de sucessão previa que os bens de família passassem indivisíveis ao filho mais novo, o pai de Martin tinha pensado garantir-lhe um futuro e, ao mesmo tempo, completar a ascensão social da família, orientando-o para o estudo do direito.

Desse modo, o jovem Martin poderia alcançar um lugar na nascente burocracia dos príncipes da Saxónia, que governavam a cidade de Mansfeld, para onde a família se havia mudado pouco depois do seu nascimento.

Em 1501, Martin matriculou-se na Faculdade de Artes, preparatória para a entrada em Jurisprudência, na Universidade de Erfurt, pequena, mas em rápida ascensão. Obtido o título de *magister artium*, a vida do jovem estudante sofreu uma reviravolta repentina, justamente enquanto iniciava os estudos de direito. Durante uma viagem, no dia 2 de julho de 1505, foi surpreendido por uma tempestade violenta; temendo pela própria vida, invocou a proteção de Santa Ana, então muito venerada na Alemanha, prometendo tornar-se monge em troca da salvação. Quinze dias depois, Martin entra no convento dos agostinhos de Erfurt. Foi um choque para o pai.

Refletindo, mais tarde, neste episódio, depois de deixar o convento e se casar, Martin reconheceria as boas razões do pai, mas afirmaria que a sua escolha se enquadrava num desígnio providencial, segundo o qual ele devia poder experimentar, pessoalmente, os limites da vida religiosa que, dali a pouco tempo, viria a revolucionar.

Para além deste episódio, parece claro que a escolha do jovem estudante revela uma insatisfação de fundo com o futuro que o esperava, em que se refletiam inquietações mais gerais que abrangiam todo o mundo cristão da época, e que tinham dado origem a movimentos de reforma e de renovação da vida religiosa, que, muitas vezes, desembocaram em heresia. Era inevitável que essas tensões permanecessem vivas no jovem, que entretanto iniciou o estudo de teologia na Universidade de Wittenberg, onde, em 1512, se tornou professor.

Entretanto, **uma peregrinação (a pé) a Roma, permitira-lhe verificar os limites e as contradições do papado renascentista, envolvido nas vicissitudes da política europeia e na transformação urbanística da cidade, mais do que na sua função de guia espiritual da cristandade** – ou, ao menos, assim parecia ser, **aos olhos do inquieto monge agostinho.**

Foi decisivo o curso sobre a Carta de São Paulo aos Romanos que o jovem professor dirigiu a partir de 1515; **graças às páginas do Apóstolo, tomou consciência de que o homem não pode salvar-se através da observância das práticas religiosas prescritas pela Igreja, mas, apenas, pela gratuita ação de Deus e pela fé incondicional em Cristo. Foi inevitável, portanto, a sua oposição à campanha de pregação das indulgências, iniciada na Alemanha em 1517, oposição que se expressou nas noventa e cinco teses.**

Pensadas como um convite à discussão académica, segundo uma prática comum na época, **as teses obtiveram uma ressonância totalmente inesperada** que, no ano seguinte, **levou à primeira de uma série de disputas públicas com outros teólogos, e a uma convocação a Roma, à qual Lutero – pois, agora, ele já assinava assim – não se submeteu, acobertado sob a proteção de Frederico III príncipe eleitor da Saxónia.**

Entre 1517 e 1521, quando **foi finalmente excomungado, Lutero consolidou as suas**

aquisições teológicas e a íntima consciência de que, no s^olio papal, se tinha sentado o Anticristo, o instrumento humano do diabo, para levar a humanidade à perdição. É o fim das suas esperanças de poder renovar a Igreja a partir de dentro. A rutura definitiva consumou-se na Dieta imperial de Worms, a reunião de todos os príncipes alemães, na presença do imperador Carlos V, eleito dois anos antes.

"A menos que seja convencido com a Escritura e com claros raciocínios (pois eu não aceito a autoridade de papas e concílios que se contradisseram uns aos outros), a minha consciência está vinculada à Palavra de Deus. Não posso e não quero retratar-me de nada, porque não é justo nem salutar ir contra a consciência. Aqui estou. Não posso fazer de outro modo. Que Deus me ajude", declara Lutero.

Bíblia e consciência individual são os instrumentos à disposição de todo o cristão para ter acesso à salvação: a Igreja não pode continuar a reivindicar um papel que a corrompa.

No caminho de regresso, Frederico da Saxónia encenou um sequestro, falso para subtrair Lutero às consequências do édito de condenação que Carlos V emitiu em Worms. Tendo-se retirado para o castelo de Wartburg com um nome falso, em pouco mais de um ano, Lutero traduziu para alemão toda a Bíblia, uma obra que ultrapassa a dimensão religiosa e que, de facto, criou as bases da moderna língua alemã. A partir dessa altura, as suas ações pessoais passam para segundo plano, em relação à irrupção dos movimentos de Reforma na Alemanha, Suíça, França e Norte da Europa.

Lutero participou ativamente nesses movimentos, até à sua morte ocorrida em 1546, através de uma monumental atividade de escrita e de pregação; muito em breve, porém, outros assumiram o papel de líderes políticos e eclesiásticos de primeiro plano nas regiões que, a partir de 1529, se começariam a chamar o mundo "protestante", com o qual Lutero travou diversas polémicas. As próprias Igrejas luteranas ficaram a dever a sua sistematização definitiva, em termos teológicos e organizacionais, a **Melanchthon**, fiel colaborador de Lutero desde os anos da universidade.

O papel decisivo de Lutero na história decorreu, portanto, num curto espaço de anos, com início naquele longínquo ano de 1517, de que estamos prestes a celebrar o aniversário. De lá para cá, a imagem de Lutero mudou profundamente. Nos séculos das guerras religiosas e das lutas confessionais, prevaleceu a imagem do iniciador da Reforma, do opositor do autoritarismo papal, do criador e defensor da identidade alemã – ou, pelo contrário, do herege, do rebelde, do destruidor da unidade do mundo cristão.

Entre os séculos XIX e XX, foi-se impondo a ideia de Lutero e da Reforma como fatores que deram início ao mundo moderno, especialmente graças a Max Weber e ao seu ensaio **"A ética protestante e o espírito do capitalismo"**. Na realidade, a historiografia mais recente, cujo melhor exemplar se pode considerar a imponente biografia de Heinz Schilling, agora traduzida em italiano pela editora Claudiana, reavalia o seu mais genuíno perfil de espírito autenticamente religioso, homem inquieto suspenso entre a Idade Média e o Renascimento, mas autêntico cristão que se confiou à Palavra e à Graça de Deus.

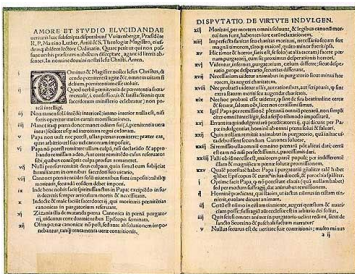
O cardeal **KASPER** também reconhece isso mesmo, num curto mas denso ensaio publicado pela editora Queriniana. Kasper foi, durante muito tempo, responsável, por parte do Vaticano, pelo diálogo ecuménico, e é um elemento muito próximo do bispo de Roma, que se prepara para celebrar em Lund, no dia 31 de outubro, este aniversário com os irmãos luteranos.

Por MARCO RIZZI, publicada no caderno *La Lettura*, do jornal *Corriere della Sera*, 16-10-2016.

As noventa e cinco teses de MARTINHO LUTERO na porta da igreja do castelo de Wittenberg

De acordo com a tradição, não existem provas documentais de que, no dia 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero tenha afixado a lista das noventa e cinco teses, na porta da igreja do castelo de Wittenberg. Alguns estudiosos afirmam, pelo contrário, que as teses foram afixadas em novembro. Outros ainda, defendem que Lutero teria, inicialmente, enviado as teses ao arcebispo de Mainz, Alberto de Hohenzollern, ao Papa Leão X (Giovanni di Lorenzo de Medici, pontífice de 1513 a 1521) e a diversos dos seus amigos e professores universitários. Somente depois da ausência de resposta dos altos eclesiásticos, Lutero – ou um pequeno grupo dos seus alunos – teria afixado, publicamente, na porta da igreja do castelo de Wittenberg, as noventa e cinco teses, tal como era habitual proceder com os comunicados e editais públicos da época.

A reportagem é de FRANCESCO GAGLIAN, publicada no sítio *Il Sismografo*, 18-10-2016.



Como se sabe, a venda de indulgências é um dos pontos mais criticados pelas noventa e cinco teses de Lutero: num sistema teológico em que o perdão só podia ser concedido por Deus, e independentemente das ações cometidas pela pessoa, a proliferação de uma tendência como a da remissão dos pecados, mediante a aquisição, em dinheiro, de "atestados" e bulas que confirmassem a indulgência das faltas, era vista como uma prática a ser erradicada, por ser

mistificadora da justa relação entre Deus e a sua criatura terrena, e do tipo de pecados que o perdão sacerdotal podia limpar.

A "febre" da venda de indulgências, deve ser enquadrada num complexo contexto histórico de profunda crise financeira: em Roma, o mastodôntico canteiro de obras para a reconstrução da Basílica de São Pedro, era um verdadeiro turbilhão de dinheiro. Por isso, o Papa Leão X, já endividado com a família de banqueiros alemães dos Fugger, iniciou uma campanha de venda de indulgências e, também, aceitou embolsar dispensas em dinheiro, por parte daqueles bispos que desejassem contornar a proibição de acumular títulos episcopais, que lhes era imposta por Roma.

Albert de Hohenzollern, bispo de Magdeburg e Halberstadt, é o exemplo mais claro de uma tendência que já se espalhara por todo o império. Em 1514, quando a cátedra episcopal de Mainz se tornou vacante, Albert de Hohenzollern, ansioso por incluir entre os seus títulos o de príncipe bispo de Mainz, endividou-se fortemente com os Fugger, para obter a quantidade de dinheiro necessária para obter a dispensa pontifícia da proibição de acumular cargos eclesiásticos. Para embolsar a soma, Roma permitiu que ele mantivesse metade do dinheiro obtido com a venda de indulgências para financiar a fábrica de São Pedro, banida por Leão X nesse mesmo ano.

Teses para o esclarecimento do valor das indulgências

Por amor à verdade e no empenho de a elucidar, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia, e professor catedrático da mesma naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes a debater conosco oralmente, o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Ámen.

1 Ao dizer: "Fazei penitência", etc. [Mt 4.17], o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.

2 Esta penitência não pode ser entendida como penitência sacramental (isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes).

3 No entanto, ela não se refere, apenas, a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula, se, externamente, não produzisse toda a espécie de mortificação da carne.

4 Por consequência, a pena perdura enquanto persiste o ódio de si mesmo (isto é, a verdadeira penitência interior), ou seja, até à entrada no reino dos céus.

5 O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas, a não ser daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.

6 O papa não pode perdoar culpa alguma, a não ser declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, claro, perdoando-a nos casos a si reservados; se estes forem desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.

7 Deus não perdoa a culpa de ninguém sem, ao mesmo tempo, a sujeitar, cheia de humildade, ao sacerdote, seu vigário.

8 Os cânones penitenciais apenas são impostos aos vivos; segundo os mesmos cânones, nada deve ser imposto aos moribundos.

9 Por isso, somos beneficiados pelo Espírito Santo através do papa quando este, nos seus decretos, exclui sempre a circunstância da morte e da necessidade.

10 Agem mal e sem conhecimento de causa aqueles sacerdotes que reservam aos moribundos penitências canônicas para o purgatório.

11 Essa erva daninha de transformar a pena canônica em pena do purgatório, parece ter sido semeada enquanto os bispos dormiam, com certeza.

12 Antigamente impunham-se penas canônicas não depois, mas antes da absolvição, como verificação da verdadeira contrição.

13 Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas.

14 Saúde ou amor imperfeito no moribundo, necessariamente traz consigo grande temor, e tanto mais, quanto menor for o amor.

15 Este temor e horror, por si sós, já bastam (para não falar de outras coisas) para produzir a pena do purgatório, uma vez que estão próximos do horror do desespero.

16 Inferno, purgatório e céu parecem diferir, da mesma forma que o desespero, o semidesespero e a segurança.

17 Parece desnecessário, para as almas do purgatório, que o horror diminua na medida em que cresce o amor.

18 Parece não ter sido provado, nem por meio de argumentos racionais nem da Escritura, que elas se encontram fora do estado de mérito ou de crescimento no amor.

19 Também parece não ter sido provado que as almas, no purgatório, estejam certas da sua bem-aventurança, pelo menos nem todas estarão, mesmo que nós, da nossa parte, tenhamos plena certeza.

20 Portanto, quando fala de remissão plena de todas as penas, o papa não entende, simplesmente, todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

21 Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam ser a pessoa absolvida de todas as penas, e salva pelas indulgências do papa.

- 22 Com efeito, ele não dispensa as almas do purgatório de uma única pena sequer que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.
- 23 Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele, certamente, só é dado aos mais perfeitos, isto é, a pouquíssimos.
- 24 Por isso, a maior parte das pessoas estão, necessariamente, a ser ludibriadas por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição de penas.
- 25 O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura o tem na sua diocese e paróquia em particular.
- 26 O papa faz muito bem ao conceder a remissão às almas não pelo poder das chaves (que ele não tem), mas por meio de intercessão.
- 27 Pregam doutrina humana os que dizem que, logo que se ouvir o tilintar da moeda a cair na caixa, a alma sai a voar [do purgatório para o céu].
- 28 Certo certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, aumenta o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja, porém, depende, apenas, da vontade de Deus.
- 29 E quem é que sabe se todas as almas do purgatório querem ser resgatadas? Não foi o caso, segundo dizem, de S. Severino e S. Pascoal.
- 30 Ninguém tem a certeza da veracidade da sua contrição, muito menos de ter conseguido plena remissão.
- 31 Adquirir, autenticamente, as indulgências, é tão raro como ser um penitente de verdade, ou seja, é raríssimo.
- 32 Serão condenados eternamente, juntamente com os seus mestres, aqueles que se julgam seguros da sua salvação através de carta de indulgência.
- 33 Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem ser as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus, através da qual a pessoa é reconciliada com Deus.
- 34 Pois aquelas graças das indulgências referem-se, apenas, às penas de satisfação sacramental, determinadas por seres humanos.
- 35 Não pregam cristãmente os que ensinam não ser necessária a contrição àqueles que querem resgatar ou adquirir breves confessionais.
- 36 Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.
- 37 Qualquer cristão verdadeiro, vivo ou morto, participa em todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência.
- 38 Mesmo assim, a remissão e participação do papa de forma alguma devem ser desprezadas, porque (como disse) constituem declaração do perdão divino.
- 39 Até mesmo para os mais doutos teólogos é difícilimo exaltar, perante o povo, ao mesmo tempo, a liberdade das indulgências e a verdadeira contrição.
- 40 A verdadeira contrição procura e ama as penas, ao passo que a abundância das indulgências afrouxa e as faz odiar, ou dá, pelo menos, ocasião para tal.
- 41 Deve-se pregar acerca das indulgências apostólicas com muita cautela, para que o povo não as julgue, erroneamente, preferíveis às demais boas obras do amor.
- 42 Deve-se ensinar aos cristãos que não é opinião do papa que a compra de indulgências possa, de alguma forma, ser comparada com as obras de misericórdia.
- 43 Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprarem indulgências.
- 44 Ocorre que através da obra de amor cresce o amor, e a pessoa torna-se melhor, ao passo que com as indulgências, ela não se torna melhor, mas apenas mais livre de penas.
- 45 Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carenciado e não o socorre, a fim de adquirir indulgências, obtém para si não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.
- 46 Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para a sua casa e nunca desperdiçar dinheiro com indulgências.

- 47 Deve-se ensinar aos cristãos que a compra de indulgências é livre e não constitui obrigação.
- 48 Deve-se ensinar aos cristãos que, ao conceder indulgências, o papa, do que mais necessita, e o que mais deseja é duma oração devota a seu favor, e não do dinheiro que estamos prontos a pagar por elas.
- 49 Deve-se ensinar aos cristãos que as indulgências do papa são úteis, se não depositarmos nelas a nossa confiança, porém, extremamente prejudiciais, se perdermos o temor de Deus por causa delas.
- 50 Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa soubesse das exações dos pregadores de indulgências, preferiria reduzir a cinzas a Basílica de S. Pedro, a edificá-la com a pele, a carne e os ossos das suas ovelhas.
- 51 Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro a muitos daqueles a quem alguns pregadores de indulgências extraem, arditosamente, o dinheiro, mesmo que para isso fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.
- 52 Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário ou, até mesmo, o próprio papa desse a sua alma como garantia das mesmas.
- 53 São inimigos de Cristo e do papa aqueles que, por causa da pregação das indulgências, fazem calar, por completo, a palavra de Deus nas demais igrejas.
- 54 Ofende-se a palavra de Deus quando, num mesmo sermão, se dedica tanto ou mais tempo às indulgências do que a ela.
- 55 A atitude do papa é, necessariamente, esta: se as indulgências (que são o menos importante) são celebradas com um toque de sino, uma procissão e uma cerimônia, o Evangelho (que é o mais importante) deve ser anunciado com uma centena de sinos, procissões e cerimônias.
- 56 Os tesouros da Igreja, dos quais o papa concede as indulgências, não são suficientemente mencionados nem conhecidos entre o povo de Cristo.
- 57 É evidente que eles, certamente, não são de natureza temporal, visto que muitos pregadores não os distribuem tão facilmente, mas apenas os ajuntam.
- 58 Eles tampouco são os méritos de Cristo e dos santos, pois estes sempre operam, sem o papa, a graça do ser humano interior e a cruz, a morte e o inferno do ser humano exterior.
- 59 S. Lourenço disse que os pobres da Igreja são os tesouros da mesma, empregando, no entanto, a palavra como era usada na sua época.
- 60 É sem temeridade que dizemos que as chaves da Igreja, que lhe foram proporcionadas pelo mérito de Cristo, constituem este tesouro.
- 61 Pois está claro que, para a remissão das penas e dos casos, o poder do papa por si só é suficiente.
- 62 O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.
- 63 Este tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos.
- 64 Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros.
- 65 Por esta razão, os tesouros do Evangelho são as redes com que outrora se pescavam homens possuidores de riquezas.
- 66 Os tesouros das indulgências, por sua vez, são as redes com que hoje se pesca a riqueza dos homens.
- 67 As indulgências apregoadas pelos seus vendedores como as maiores graças, realmente podem ser entendidas como tal, na medida em que dão boa renda.
- 68 Entretanto, na verdade, elas são as graças mais ínfimas, em comparação com a graça de Deus e a piedade na cruz.
- 69 Os bispos e curas têm a obrigação de acolher, com toda a reverência, os comissários de indulgências apostólicas.
- 70 Têm, porém, a obrigação ainda maior de observar com os dois olhos, e de ficar à escuta com ambos os ouvidos, para que esses comissários não puguem os seus próprios sonhos, em vez do que lhes foi incumbido pelo papa.
- 71 Seja excomungado e maldito quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.
- 72 Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e a licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.

73 Assim como o papa, com razão, fulmina aqueles que, de qualquer forma, procuram defraudar o comércio de indulgências,

74 Muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram defraudar a santa caridade e verdade.

75 A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes, ao ponto de poderem absolver um homem, mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.

76 Afirmamos, pelo contrário, que as indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais, no que se refere à sua culpa.

77 A afirmação de que nem mesmo S. Pedro, caso fosse papa atualmente, poderia conceder maiores graças, é blasfêmia contra S. Pedro e o papa.

78 Afirmamos, pelo contrário, que também este, assim como qualquer papa, tem graças maiores, quais sejam, o Evangelho, os poderes, os dons de curar, etc., como está escrito em 1Co 12.

79 É blasfêmia dizer que a cruz com as armas do papa, insinuosamente erguida, equivale à cruz de Cristo.

80 Terão que prestar contas os bispos, curas e teólogos que permitem que semelhantes conversas sejam difundidas entre o povo.

81 Esta licenciosa pregação de indulgências faz com que não seja fácil, nem para os homens doutos, defender a dignidade do papa contra calúnias ou perguntas, sem dúvida argutas, dos leigos.

82 Por exemplo: por que razão o papa não esvazia o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas - o que seria a mais justa de todas as causas -, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica - que é uma causa tão insignificante?

83 Do mesmo modo: por que se mantém as exéquias e os aniversários dos falecidos, e por que razão o papa não restitui ou permite que se recuperem as doações efetuadas a favor deles, visto já não ser justo orar pelos redimidos?

84 Do mesmo modo, que nova piedade de Deus e do papa é esta: por causa do dinheiro, permitem ao ímpio e ao inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de Deus, porém não a redimem por causa da necessidade da mesma alma piedosa e dileta, por amor gratuito?

85 Do mesmo modo: por que é que os cânones penitenciais - de facto e por desuso, já há muito revogados e mortos - mesmo assim são redimidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?

86 Do mesmo modo: por que é que o papa, cuja fortuna hoje é maior do que a dos mais ricos Crassos, não constrói com o seu próprio dinheiro, pelo menos esta basílica de S. Pedro, em vez de a construir com o dinheiro dos pobres fiéis?

87 Do mesmo modo: o que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito à remissão e participação plenária?

88 Do mesmo modo: que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja se o papa, assim como o faz agora uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações cem vezes ao dia a todos os fiéis?

89 Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do que o dinheiro, por que suspende ele as cartas e indulgências já concedidas outrora, se são igualmente eficazes?

90 Reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões, significa expor a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91 Se, portanto, as indulgências fossem pregadas em conformidade com o espírito e a opinião do papa, todas estas objeções poderiam ser facilmente respondidas, e nem sequer teriam surgido.

92 Fora, pois, com todos esses profetas que dizem ao povo de Cristo: "Paz, paz!" sem que haja paz!

93 Que prosperem todos os profetas que dizem ao povo de Cristo: "Cruz! Cruz!" sem que haja cruz!

94 Devem exortar-se os cristãos a que se esforcem por seguir a Cristo, seu cabeça, através das penas, da morte e do inferno;

95 e, assim, a que confiem que entrarão no céu, antes através de muitas tribulações, do que pela segurança da paz.

1517 A.D.